

Democracia e educação em época de eleições

» ELIZIANE GORNIAK

Mestre em sustentabilidade e gestão ambiental, com MBA em liderança e gestão pública e diretora do Instituto Positivo (IP)

Em um cenário político em que a alternância de poder é uma realidade constante, a transição de governo surge como um processo crucial para assegurar a continuidade dos serviços públicos e a estabilidade das políticas em curso. A importância desse momento, especialmente em nível municipal, não pode ser subestimada. A cada ciclo eleitoral, os municípios brasileiros enfrentam o desafio de garantir que a troca de gestão ocorra de forma tranquila, preservando os avanços conquistados e evitando retrocessos que possam prejudicar a população.

Um processo de transição bem planejado e executado é fundamental para garantir a continuidade do atendimento aos direitos dos cidadãos e a integridade do município em seus diversos aspectos. Não se trata apenas de uma formalidade burocrática, mas de um ato de gestão que reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados à população. Um exemplo claro disso é a área da educação, na qual a continuidade de programas, projetos e políticas públicas depende diretamente da forma como essa transição é conduzida.

A educação, como todos sabemos, é uma área sensível e de extrema importância para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Não há uma solução única, uma "bala de prata", que resolva todos os desafios. Pelo contrário, a melhoria dos resultados educacionais depende de um conjunto de medidas coordenadas implementadas de forma contínua. Nesse sentido, a transição de gestão na educação precisa ser cuidadosamente planejada, garantindo que informações críticas sobre gestão administrativa, orçamentária, financeira e pedagógica sejam repassadas de maneira clara e estruturada.

Infelizmente, o que vemos muitas vezes na prática é um processo de transição marcado pela descontinuidade e falta de colaboração. Gestores que assumem novas secretarias frequentemente relatam encontrar computadores



formatados, falta de informações históricas e uma ausência quase total de dados essenciais para a continuidade dos trabalhos. Esse comportamento, que parece tratar os dados públicos como propriedade de um grupo político específico, compromete não só a eficiência da administração pública, mas também a confiança da população na democracia e na alternância saudável de poder.

A transição de governo, especialmente no campo da educação, deve ser vista como uma oportunidade para fortalecer a gestão pública e garantir a continuidade dos serviços. Um bom exemplo de como isso pode ser feito é o modelo de transição defendido pelo livro *Transição de Gestão na Secretaria de Educação*, organizado por Carlos Eduardo Sanches, Edilberto Pontes Lima e Maíra Weber. Essa obra oferece um conjunto de recomendações valiosas para evitar a descontinuidade administrativa na educação, auxiliando gestores públicos a conduzir o processo de transição de forma transparente e eficaz.

O livro não só discute os conceitos de transição de gestão no campo da educação, como também aborda a legislação pertinente, a importância da atuação dos órgãos de fiscalização e controle, e traz exemplos práticos de como dirigentes municipais têm se organizado para garantir que as mudanças de governo não comprometam a qualidade dos serviços educacionais. Além disso, é essencial que as equipes que

assumem a gestão tenham a oportunidade de dialogar com aquelas que estão deixando o cargo. Reuniões para a apresentação do memorial de gestão, por exemplo, permitem que as novas equipes compreendam a realidade da rede de ensino e possam tomar decisões baseadas em fatos e dados concretos, evitando assim a interrupção de programas e projetos que têm demonstrado bons resultados.

A sociedade também tem um papel fundamental nesse processo. Acompanhamento constante, via associações de pais e mestres, conselhos escolares e outros órgãos colegiados, é essencial para garantir que a transição política ocorra de forma efetiva e transparente. A fiscalização por parte desses atores e, se necessário, o acionamento dos órgãos competentes, como a Câmara de Vereadores, o Ministério Público e os Tribunais de Contas, pode ser decisivo para assegurar que os interesses da população sejam preservados.

Em um país, onde 5.569 municípios elegerão seus prefeitos e vereadores em outubro, a discussão sobre a importância da transição de governo não poderia ser mais relevante. O impacto de uma transição mal conduzida pode ser devastador, especialmente em áreas como a educação, em que a descontinuidade de programas pode comprometer o futuro de milhares de estudantes. Por isso, é vital que gestores públicos, independentemente de sua filiação partidária, compreendam a importância desse processo e se empenhem em garantir uma transição transparente e eficaz.

A transição de gestão, especialmente na área da educação, é um momento crítico que exige planejamento, colaboração e um compromisso genuíno com o bem-estar da população. Com as ferramentas e o conhecimento adequados, é possível garantir que a alternância de poder não seja um obstáculo, mas sim uma oportunidade de aprimorar a gestão pública e continuar avançando em direção a um futuro melhor para todos.

Constituição, Brasília e meio ambiente

» SÉRGIO E. MOREIRA LIMA

Embaixador aposentado, advogado e presidente do conselho da Sociedade Brasileira de Direito Internacional

Em plena crise climática, diante do desmatamento e das queimadas, convém refletir sobre o papel do direito na prevenção dos desastres ambientais provocados pela ação humana. A redemocratização constituiu o movimento dos mais importantes da história contemporânea do Brasil, cujo marco é a Constituição de 1988. Em seu artigo 225, após estabelecer que todos têm direito ao meio ambiente saudável, de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, a Carta Magna impõe ao poder público e a todo cidadão o dever de defendê-lo e garanti-lo para as presentes e futuras gerações. Assim, cabe à autoridade municipal, estadual ou federal não apenas preservar, como também "restaurar os processos ecológicos das espécies e ecossistemas", assegurando a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Brasil. Incumbe-lhes ainda promover a educação ambiental e a conscientização necessária para tanto.

A destruição contínua do Cerrado, da Amazônia e do Pantanal, bem como a urbanização desenfreada sem planejamento, que põe em risco o meio ambiente saudável e o ecossistema, ferem a Constituição e o Estado democrático de direito. Sem ação preventiva e corretiva, parte do território nacional corre o risco de desertificação. A alteração do regime de chuvas impõe a proteção das nascentes e a restauração dos biomas. Desmatamento e queimada reduzem as chuvas e o volume dos rios, como o Amazonas, que contribuem para a formação das correntes de ar úmido e marítimas com impacto no clima global. A redução da umidade na Amazônia e em Brasília é um alerta grave, que demanda o cumprimento da lei.

Cabe ao Brasil investir em ciência e tecnologia para criar perspectivas de sustentabilidade na agricultura e na pecuária do futuro. Não

haverá água para manter o sistema produtivo tradicional da agroindústria. Já não basta a racionalização dos níveis de consumo. Devemos revigorar o processo da formação hídrica pelo investimento em florestas úmidas, seja por meio de sanções e proibições, seja pela aplicação de soluções num tempo de tecnologias digitais e abertura de novos horizontes do conhecimento genético.

O destino do Cerrado, da Amazônia e do Pantanal não será determinado pelo desmatamento e incêndios criminosos, tampouco pelas queimadas sazonais e o uso diário do fogo para eliminar detritos. No quadro atual de crise, as autoridades locais e federais devem vir a público para debater as políticas capazes de mobilizar o país na proteção dos biomas e no cumprimento de nossas obrigações para com o desenvolvimento sustentável. Os incêndios matam, destroem a fauna e a flora e comprometem o direito de futuras gerações. É inconcebível queimar áreas de mananciais em reservas florestais, como na Floresta Nacional, que deveria estar protegida, assim como no Parque Nacional de Brasília.

Diante da prolongada estiagem e das queimadas de origem criminosa, inclusive em terras da União, é preciso compreender as causas e a real dimensão do problema, refletir sobre a eficácia das sanções e as medidas a serem tomadas para enfrentar o desafio também pela via penal e legislativa. Além de superá-lo, devemos cumprir os compromissos internacionais, sobretudo quando a atenção do mundo volta-se para o Brasil, sede do G20, e, em 2025, da COP30. Nos anos 1960, cientistas batizaram a atual era geológica do Antropoceno, para mostrar que o ser humano transforma a natureza e ameaça seus ciclos.

Essa constatação levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a reunir, em Estocolmo,

em 1972, a Conferência sobre o Meio Ambiente, quando ficou clara a necessidade de equilíbrio entre conservar os biomas e crescer economicamente. Duas décadas depois, o Brasil organizou no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Inaugurou-se o Direito Ambiental Internacional com o estabelecimento de princípios que harmonizam o conceito de desenvolvimento sustentável a preservação do ecossistema, a redução das emissões e a atividade econômica. A Cúpula da Terra alcançou importantes resultados: a Declaração do Rio; a Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração dos Princípios sobre Florestas e a Comissão da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável.

À frente do debate em torno das perspectivas distintas desse desafio global, o Brasil desempenhou papel construtivo para o êxito também da Conferência Rio+20, realizada em 2012. Esse balanço positivo aumenta nossa responsabilidade para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que são o corolário do processo de negociação internacional iniciado em 1972 e consolidado em 1992. Temos seis anos para implementar os 17 ODSs que contribuirão para a melhoria das condições de vida no planeta, dentre os quais: erradicar a pobreza e a fome; saúde e educação de qualidade; consumo e produção sustentáveis; ação contra a mudança do clima; paz e justiça.

Diante da emergência climática, para preservar sua legitimidade e liderança, o Brasil deve cumprir as obrigações estabelecidas na Constituição, transformar os desafios em oportunidades e contribuir para o êxito da Agenda 2030, que tem o mérito adicional de resgatar o multilateralismo na construção de uma ordem baseada em princípios e regras que marcam a prevalência do direito.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Ecocídio

Por analogia, fosse a Terra um cachorro gigante, nós, seres humanos, seríamos nada mais do que piolhos, carrapatos ou pulgas a infestizar a pobre animal. De fato, somos a doença da Terra, como tem observado o cientista e climatologista, mundialmente famoso por suas pesquisas sobre o meio ambiente, Carlos Nobre. Com isso, vai ficando cada vez mais patente que as ações humanas sobre o planeta, ao longo dos séculos e, principalmente, após a Revolução Industrial, levaram a Terra ao atual estágio de aquecimento global e de emergência climática.

Para o pesquisador, considerado como um dos guardiões do planeta, vivemos um momento em que a humanidade se depara com o maior desafio enfrentado desde seu aparecimento sobre a Terra. Nobre é um dos autores do importantíssimo documento, intitulado "Saúde do Planeta", apresentado em Nova York, durante a semana climática promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). O fato é que boa parte da humanidade parece não ter despertado para a importância de parar, definitivamente, com as emissões de gases de efeito estufa, para a poluição em geral e para o rápido esgotamento dos recursos naturais do planeta. Vivemos o que seria o ponto máximo de inflexão. A partir desse ponto, temos que parar imediatamente com o atual modelo econômico que nos levou a esse beco sem saída.

O lado otimista desse problema mundial é que ainda existem alternativas, ainda que poucas, para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Mas essa possibilidade vai se esaurindo também a passos largos. Na avaliação do cientista, o fato de o Brasil ainda apresentar as maiores florestas tropicais do planeta, em tempos de aquecimento global, favorece, em certos parâmetros, para assistirmos os maiores incêndios ocorridos em nosso país em todos os tempos.

Carlos Nobre cita o caso do Cerrado, a maior savana tropical do planeta, com a maior biodiversidade e com enorme quantidade de carbono armazenado na forma de matéria orgânica do solo. Esse e outros fatores são de suma importância para a estabilidade climática do planeta e de todos os outros biomas brasileiros. O fato de estarmos experimentando quase 15 meses de temperaturas recordes dos últimos 120 mil anos, mostra que estamos no limite das possibilidades do planeta.

Essa situação parece ainda grave se verificarmos que em torno de 97% dos incêndios ocorridos, são devidos à ação humana. Nesse sentido, o que parece claro, tanto para os climatologistas quanto para todo mundo, é que chegou a hora de proibir o uso do fogo como meio de limpeza da terra, como tem feito, sistematicamente, a pecuária e a agricultura em nosso país. É preciso usar as práticas modernas e sustentáveis, e não mais o fogo.

Para Carlos Nobre, estamos, de fato, em plena era do chamado antropoceno, em que o homem é o autor direto das mudanças bruscas no clima planetário. Estamos indo em direção ao que os cientistas chamam de estresse térmico, em que o corpo humano não suporta mais as altas temperaturas. Caso tenhamos a atingir esse estágio dramático, bebês e idosos não viverão mais do que meia hora. Mesmo os adultos saudáveis não resistirão por mais de duas horas. Dessa maneira, muitas áreas do planeta tornar-se-ão inabitáveis.

Caso a temperatura escale ou passe dos 4 graus centígrados, nas próximas décadas, iremos provocar a sexta maior extinção de espécies do planeta, tudo devido à ação nefasta e irrefletida do ser humano. O pior é que as pesquisas mais atuais mostram que estamos imersos em um cenário tão preocupante que é possível antever se entramos em um caminho sem volta.

Daqui em diante, cabe a humanidade, como um todo, agir de forma racional e unida para que essa situação de fim de mundo anunciado, não aconteça no curto prazo, dando-nos a chance de, quem sabe, salvar nosso planeta de nossas ações egoístas e destruidoras. É preciso ainda reconhecer, de forma sincera, que estamos praticando uma espécie de ecocídio, comprometendo a vida no planeta e impossibilitando a chance de viver das futuras gerações.

»A frase que foi pronunciada:

"Vivemos em uma época perigosa. O homem domina a natureza antes que tenha aprendido a dominar a si mesmo."

Albert Schweitzer

Protocolo

» Nossa leitora chama a atenção para a burocracia de atendimento da Caesb. Um cano estourado no Setor Habitacional da W3 Sul jorrou água por dias, apesar das inúmeras ligações dos moradores à empresa e à ouvidoria. Até que, numa tarde, um caminhão da empresa apareceu no local. Quem estava em casa foi ver os trabalhadores acabando com o vazamento. Só que não. Eles estavam ali para consertar uma calçada e, apesar de presenciarem a fonte que jorrava o dinheiro do contribuinte, informaram que a solução daquele problema era em outro setor.

»História de Brasília

A cidade de Moreno, em Pernambuco, está para ficar sem prefeito. O vice pediu à Câmara a cassação do mandato do sr. Ney Maranhão, e ninguém sabe o que pode vir a acontecer naquele município. (Publicada em 18/2/1962)